

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Venda de refino da Petrobras fica para 2021	2
Título: Emendas à MP da Liberdade Econômica podem revogar tabelamento de fretes	3
Título: Ataque a petroleiros sauditas eleva tensão e afeta cotação	4
Título: Nova ajuda aos Estados está a caminho e não deve ser a última.....	6
Título: Venda da Braskem entra em compasso de espera	8
Título: Destaques	10
Título: Santander começa a operar com sua comercializadora.....	11
Título: Curtas	12
Título: Vale investirá R\$ 11 bi na produção a seco	13
Título: Cotação do minério cai 1,2% na China	14
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	16
Título: » Com.....	16
Título: Vale vai investir R\$ 11 bi em operação a seco	16
Título: Luiz de Mendonça vai tocar a Âmbar energia, da J&F	17
VEÍCULO: O Globo	17
Título: Alta tensão no Golfo Pérsico.....	17
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	19
Título: Gasolina sobe com ICMS maior	19

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 14/05/2019****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho | Do Rio****Título: Venda de refino da Petrobras fica para 2021**

A venda das refinarias da Petrobras, sem bem-sucedida, tem potencial para reduzir o endividamento da empresa de forma significativa, mas só a partir de 2021. O presidente da estatal, Roberto Castello Branco, já afirmou que a companhia espera levantar cerca de US\$ 15 bilhões com o plano de desinvestimentos no refino, montante que representa 19% do atual patamar de dívida da empresa. A petroleira fechou o primeiro trimestre com um endividamento bruto de US\$ 78,8 bilhões, excluindo os efeitos da norma IFRS 16.

A venda das refinarias, porém, não deve ser sacramentada no curto prazo. Em comunicado enviado aos empregados, na semana passada, a petroleira informou que a Petrobras pretende divulgar oficialmente as informações preliminares para avaliação do negócio ao fim do primeiro semestre. A expectativa é que as "etapas subsequentes" ocorram entre o segundo semestre deste ano e o primeiro semestre de 2020 e que a transferência da operação para o comprador e o fechamento do negócio fiquem para 2021.

A Petrobras também informou que pretende manter a liderança no refino brasileiro ao fim do processo de venda anunciado. A empresa esclareceu que não pretende realizar novos movimentos de desinvestimento no setor, além das oito refinarias colocadas à venda. Segundo a estatal, o posicionamento no mercado do Sudeste é "consistente com o crescimento e a priorização das atividades de exploração e produção no pré-sal nas bacias de Campos e Santos".

Desde que o conselho de administração da estatal aprovou, no fim de abril, as oito unidades que farão parte do pacote de venda, o plano de desinvestimentos avançou em alguns novos detalhes na semana passada. Já está definido, por exemplo, que a empresa venderá suas refinarias com a infraestrutura associada a elas (como terminais e dutos), o que aumenta o grau de atratividade do negócio para os potenciais interessados.

O plano é que as refinarias cujas negociações forem bem-sucedidas se transformem em empresas independentes. A estatal informou ainda que oferecerá aos empregados dessas refinarias um "cardápio de opções" que inclui desde um programa de desligamento voluntário à "realocação interna,

conforme interesse da companhia". A estatal também menciona a possibilidade de plano de desligamento via acordo e a possibilidade de o empregado migrar para as novas empresas de refino que serão constituídas após o desinvestimento.

Os sindicatos dos petroleiros prometem uma série de manifestações pelo país amanhã, em ato conjunto com a greve dos professores. Na ocasião, protestarão contra as privatizações da Petrobras.

A empresa pretende vender, ao todo, cerca de metade de sua capacidade de refino no Brasil, o que inclui as refinarias: Rnest (PE), SIX (PR), Rlam (BA), Regap (MG), Repar (PR), Refap (RS), Reman (AM) e Lubnor (CE).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/05/2019

Seção: Brasil

Autor: Juliano Basile | De Brasília

Título: Emendas à MP da Liberdade Econômica podem revogar tabelamento de fretes

A Medida Provisória da Liberdade Econômica proposta pelo governo já recebeu pelo menos duas emendas cujo resultado pode revogar o tabela do frete rodoviário. A MP impõe modificações na lei de agosto do ano passado que estabeleceu o tabelamento do serviço de transporte de carga por caminhão.

Os deputados federais Pedro Lupion (DEM-PR) e Alexis Fonteyne (Novo-SP) foram os autores das emendas à MP. As propostas estão em análise na Câmara.

"Após um ano de vigência da lei, observa-se a ineficiência e prejuízos econômicos decorrentes da instituição de um tabelamento que distanciou da realidade do mercado, gerando prejuízos para os caminhoneiros e para a economia nacional", afirmou Lupion.

Já Fonteyne editou emenda questionando a Lei do Frete e as ameaças de novas greves de caminhoneiros. "A internalização e a verticalização do frete pelas empresas imposta pela lei prejudicaram ainda mais o caminhoneiro autônomo", alegou. "A solução não é mais intervenção, pelo contrário: é deixar que o mercado volte a seguir o binômio demanda e oferta.

O advogado José Del Chiaro alertou que a medida provisória mostrou como o tabelamento do frete pode ser considerado inconstitucional. "Há uma manifesta controvérsia entre a Lei do Frete, de um lado, e o artigo 170 da Constituição, que foi reiterado pela MP da Liberdade Econômica", afirmou.

"A Lei do Frete é inconstitucional e totalmente contrária a segurança institucional e negocial objetivada pela nova MP da Liberdade Econômica ao beneficiar um setor da economia em detrimento de outros. Nesse contexto, fica claro tanto a indevida intervenção, que além de inconstitucional, privilegia um setor (dos caminhoneiros) em detrimento de todos os outros agentes de mercado."

Para Del Chiaro, as emendas estão num bom caminho, pois a MP de Liberdade Econômica veda a criação de privilégios.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/05/2019

Seção: Internacional

Autor: Rory Jones, Summer Said e Benoit Faucon | Dow Jones Newswires, de Fujairah, Dubai e Londres

Título: Ataque a petroleiros sauditas eleva tensão e afeta cotação

Dois navios petroleiros da Arábia Saudita foram atacados no fim de semana perto do Estreito de Ormuz, segundo informou ontem o ministro da Energia saudita, o que provocou uma alta nos preços do petróleo em meio ao aumento da tensão no Golfo Pérsico.

Os petroleiros sauditas estão entre os quatro navios atacados no domingo no Golfo de Omã, na costa dos Emirados Árabes Unidos (EAU) enquanto eles se preparavam para cruzar o Golfo Pérsico. Também foram alvos navios de bandeira norueguesa e dos EAU. As informações foram dadas por autoridades sauditas.

Os ataques provocaram "danos significativos nas estruturas dos dois navios", disse o ministro da Energia, Khalid al-Falih, que chamou o incidente de sabotagem.

Os ataques aumentam as preocupações com o abastecimento mundial de petróleo, em meio aos problemas na produção por causa da turbulência na Venezuela, uma guerra civil na Líbia e as sanções impostas pelos EUA ao Irã. Autoridades sauditas e americanas há muito se preocupam com a possibilidade do estreito de Ormuz se transformar num campo de batalha se as tensões com o Irã escalarem num conflito declarado.

Os EUA anunciaram na semana passada o envio de um porta-aviões, bombardeiros e uma bateria antimísseis Patriot para o Golfo Pérsico para

conter o que o governo Donald Trump diz ser uma ameaça crescente do Irã. Washington impôs sanções e está tentando reduzir a zero as exportações de petróleo do Irã, para forçá-lo a abrir mão de influência regional, encolher suas atividades militares e acabar com as ameaças a Israel.

Ninguém culpou publicamente o Irã pelos ataques, nem mesmo a rival Arábia Saudita. Abbas Mousavi, porta-voz do Ministério do Exterior do Irã, descreveu o incidente de domingo como "terrível" e pediu uma investigação, segundo a agência iraniana ISNA.

Mesmo assim, a ameaça de ataques a navios petroleiros perto de um ponto de estrangulamento no abastecimento de petróleo provocou uma forte volatilidade no mercado de petróleo. O tipo Brent, referência global, chegou a subir 2,7% para US\$ 72,53 o barril em Londres, antes de fechar com uma leve queda de 0,6%, a US\$ 70,23.

Um terço do gás natural liquefeito consumido no mundo e quase 20% da produção mundial de petróleo passam pelo estreito de Ormuz. Uma interrupção desse fluxo provocaria falta do produto e alta nos preços.

Falih disse que um dos navios seguia para o porto saudita de Ras Tanura, no Golfo Pérsico, para carregar petróleo que iria para os EUA. Uma autoridade americana e uma autoridade saudita não autorizadas a falar publicamente sobre o assunto, disseram que Washington e seus aliados não sabem quem está por trás dos ataques e duvidaram do envolvimento do Irã por causa do risco de uma escalada nas tensões com os EUA.

A pedido dos EAU, militares americanos enviaram ontem uma equipe para inspecionar os navios e determinar quem está por trás dos atos de sabotagem, segundo informou uma autoridade americana do setor de Defesa. Algumas autoridades iranianas ameaçaram fechar o estreito de Ormuz em resposta às sanções, mas não houve desdobramentos disso. "Seria muita inabilidade dos iranianos", disse a autoridade americana.

Não está claro o que aconteceu, exatamente, uma vez que autoridades sauditas e dos EAU divulgaram poucos detalhes. Falih disse que os ataques não causaram vazamentos de petróleo.

O porto de Fujairah, nos EAU, operava normalmente na noite de ontem, e nenhuma das embarcações danificadas tinha ingressado no porto, segundo trabalhadores e agentes de segurança locais.

A partir de vídeos feitos por funcionários locais, apenas o "Andrea Victory" registrava prejuízos visíveis, com um pequeno buraco na parte traseira do casco. O "A Michel" e o "Al Marzoqah" estavam inclinados contra a água, mas não ficou claro quais os danos que apresentavam.

Os navios-tanque sauditas já estiveram vulneráveis a ataques de inimigos regionais. No passado, rebeldes houthi atacaram petroleiros sauditas ao largo da costa do Iêmen no Mar Vermelho por duas vezes. Após o segundo ataque, em julho, a Arábia Saudita suspendeu as exportações de petróleo pelo estreito de Bab al-Mandeb.

O secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, a caminho da Rússia, fez uma parada não prevista em Bruxelas para falar sobre o Irã com os dirigentes europeus.

Brian Hook, representante especial para o Irã do Departamento de Estado, disse que Pompeo levantou a questão dos ataques aos petroleiros, mas que não comentaria sobre a possibilidade de o secretário considerar ou não o Irã ou seus aliados como responsáveis.

"Os desdobramentos justificam compartilhar mais informações, e essa foi uma oportunidade muito boa e prática de parar e fazer uma verificação de sinais com seus aliados europeus", disse Hook sobre a parada de Pompeo em Bruxelas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/05/2019

Seção: Opinião

Autor:

Título: Nova ajuda aos Estados está a caminho e não deve ser a última

Com algum atraso, deve ser divulgado nesta semana o pacote de ajuda aos Estados, ansiosamente esperado pelos governadores, chamado de Plano de Equilíbrio Financeiro (PEF), ou de "Plano Mansueto" pelo próprio ministro da Economia, Paulo Guedes, em referência ao secretário do Tesouro, Mansueto Almeida. O plano vai ser apresentado aos secretários estaduais de Fazenda e, posteriormente, será encaminhado ao Congresso Nacional.

De acordo com o que foi ventilado, a principal parte do plano prevê que o governo federal será avalista dos Estados com classificação de risco de crédito baixo (C) para que possam levantar recursos junto ao sistema financeiro. Se houver um calote, o Tesouro é que vai pagar. O governo estima que o

mecanismo permitirá aos Estados tomarem emprestado até R\$ 40 bilhões em quatro anos. Podem se candidatar 12 Estados: Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins, além do Distrito Federal. Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro ficam fora porque estão em situação mais arriscada. Os demais não precisam do apoio porque têm melhor qualidade de crédito.

O governo acenou também com compartilhar uma fatia da receita a ser obtida com o leilão do petróleo da cessão onerosa do pré-sal maior do que a prevista. No entanto, com a economia custando a reagir e a consequente fraqueza da arrecadação federal, a promessa pode ter sido apressada demais.

Para fazer jus ao aval do Tesouro, os Estados terão que apresentar um programa de ajuste fiscal a ser implementado em quatro anos. Os limites serão ampliados se o acordo incluir a privatização de ativos. Outros condicionantes em discussão incluem a adesão ao marco legal de distribuição de gás, elaborar uma lei de responsabilidade fiscal estadual, adotar um teto para o crescimento dos gastos, ter uma meta de redução de renúncias fiscais ou a revisão dos regimes jurídicos de servidores, que preveem a promoção automática de funcionários.

Este não é o primeiro plano de resgate dos Estados. Nesta década já foram dois e a situação continua extremamente frágil, com salários de funcionários atrasados, péssimos serviços para a população e investimentos praticamente no zero. No governo de Dilma Rousseff, as dívidas passaram a ter novo indexador, retroativo, o que reduziu o débito. A União concedeu descontos de R\$ 50 bilhões nas parcelas e alongamento das dívidas com o governo federal. Em troca, os governos estaduais deveriam limitar o crescimento das despesas correntes. Dos 19 Estados que fizeram a renegociação, porém, dez já avisaram que não conseguem cumprir a regra. Já o plano do governo Temer não funcionou no único caso em que foi aplicado, o do Rio de Janeiro, o que exhibe situação mais grave.

A equipe econômica espera que os Estados que aderirem ao PEF possam melhorar seu rating nos próximos quatro anos. Mas nem mesmo seus idealizadores acreditam que resolverá todos os problemas. Até seu idealizador, Mansueto Almeida, afirmou que é a reforma da Previdência que vai salvar os Estados. Talvez ele esteja sendo otimista demais.

O mais grave é certamente a despesa com pessoal. Levantamento da Instituição Fiscal Independente (IFI) com base nos dados de 2017 mostra que, dos 27 Estados, 15 ultrapassavam algum dos limites de gastos com folha estipulados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O quadro, porém, é mais crítico do que parece, já que os gastos com folha estão subestimados. Os tribunais de

contas de diversos Estados permitiram que os governos estaduais fizessem, por anos a fio, deduções que encolheram contabilmente a despesa oficial. Assim, vários deles mostraram-se enquadrados nos limites, mas não estavam na realidade.

Outro problema sério é a folha de inativos e pensionistas. Estudo do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV) mostra que, para cada 100 funcionários ativos, os Estados tinham 88 inativos ou aposentados em 2017, bem acima dos 58 de 2005. Nos Estados em situação mais crítica, aposentados e pensionistas já superavam os ativos. No Rio Grande do Sul, chegava-se a 162 inativos para 100 ativos. Mas há também o peso das políticas equivocadas, como a guerra fiscal. Em outro estudo, o Ibre/FGV calculou que os Estados ampliaram a renúncia fiscal em 15,3% de 2012 a 2018, em termos reais, mas só conseguiram aumentar a arrecadação de ICMS em apenas 2,2% no mesmo período (**Valor**, 9/5). Para resolver a questão dos Estados é necessário um arsenal muito maior.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Graziella Valenti e Stella Fontes | De São Paulo

Título: Venda da Braskem entra em compasso de espera

A venda da Braskem ao grupo holandês LyondellBasell estancou em torno da definição do imbróglio da petroquímica em Alagoas. Quando tudo caminhava para um consenso entre Odebrecht, sócia da Braskem, e o grupo estrangeiro, a questão em Maceió tornou-se um entrave importante.

Fontes próximas às conversas disseram ao **Valor** que nenhuma transação será concluída sem que o assunto seja completamente entendido pela compradora para que possam ser estimadas "consequências e planos de mitigação". A grande questão é ter clareza sobre o problema, seu tamanho e, se ficar definida a responsabilização da companhia, o custo da solução.

Em abril, a Braskem se tornou alvo de ação do Ministério Público (MP) de Alagoas sob alegação que a exploração mineral de sal-gema em Maceió está associada ao afundamento do solo em três bairros populosos da cidade. Até este ponto, a Lyondell estava acompanhando o assunto. Porém, tornou-se urgente para o negócio a estimativa do impacto financeiro do problema após o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) emitir um laudo, na semana passada, afirmando que a exploração mineral está entre as causas do afundamento.

Petroquímica vive tempestade perfeita com ação em Alagoas, 20-F e ciclo desfavorável e volta a preço de 2017

Ontem, a Braskem se reuniu com o Tribunal de Justiça de Alagoas e ficou acordado que apresentará uma proposta inicial de composição de conflito. A expectativa do tribunal é resolver o tema rapidamente.

Os novos eventos envolvendo a Braskem não inviabilizam o negócio, mas exigem prazo e esforços extras, conforme pessoas envolvidas nas conversas. Não houve desalinhamento entre as partes, mas tornou-se importante ter melhor definição sobre o tema. Assim, se havia alguma possibilidade de o acordo ser assinado proximamente, já que as grandes definições comerciais estavam acordadas, hoje ela não existe. "São questões adicionais que devem ser administradas e isso exigirá mais tempo", disse uma fonte.

Enquanto isso, o valor da companhia na B3 se deteriora. A Braskem fechou ontem valendo menos de R\$ 30 bilhões, algo que não ocorria desde agosto de 2017 - precisamente R\$ 29,69 bilhões. A Lyondell está em negociações com a Odebrecht desde o carnaval de 2018. Na época, a empresa estava avaliada entre R\$ 36 bilhões e R\$ 39 bilhões. Em setembro, a petroquímica chegou perto de R\$ 48 bilhões na B3.

Além das preocupações com a questão de Alagoas, ontem, a bolsa de Nova York (Nyse) suspendeu as negociações com os recibos americanos de ações da petroquímica (ADRs). Foi aberto o processo de deslistagem porque a empresa não entregou o relatório anual chamado 20-F relativo a 2017 ao regulador dos Estados Unidos, a Securities and Exchange Commission (SEC). A partir de hoje, papéis da companhia só podem ser negociados no mercado de balcão americano. Com isso, só no pregão de ontem, as ações caíram 7%.

Uma remessa de recursos para fora do Brasil, via o departamento usado para pagamento de propinas do grupo Odebrecht, feita em 2013 por Maurício Ferro, cunhado de Marcelo Odebrecht, enquanto ele era executivo da Braskem, é o principal motivo do atraso na entrega dos números da petroquímica para o regulador americano. A movimentação financeira veio à tona depois do aditamento de uma denúncia feita em agosto pelo Ministério Público Federal (MPF) no âmbito da Lava-Jato.

Para completar, o ambiente externo piorou desde o fim de 2018. A indústria petroquímica atravessa o piso do ciclo de baixa, particularmente no polietileno com a oferta adicional da resina, e a margem em relação ao preço da matéria-prima abaixo da média histórica. Desconsiderados os efeitos não recorrentes, o Ebitda da Braskem no primeiro trimestre foi de US\$ 366 milhões - ou R\$ 1,27 bilhão nas contas dos analistas do Santander. Queda de 60% ante o mesmo intervalo do ano passado.

A Braskem espera regularizar em breve o 20-F. A entrega do documento é também considerada condição precedente para a Lyondell. As informações sobre a remessa de Ferro, diz uma fonte, já foram apuradas e o trabalho agora é mostrar à PwC, auditor responsável pelo formulário de 2017, que não há mais pendências.

A PwC já vinha pedindo diversas revisões sobre controles internos, o que estava gerando o atraso antes mesmo da questão com Ferro. Conforme o **Valor** apurou, o documento relativo a 2018 está praticamente pronto, desta vez auditado pela KPMG. Tão logo a documentação for entregue pela PwC, a de 2018 também poderá ser registrada. O que falta à KPMG é justamente a revisão do 20-F de 2017.

A situação vivida hoje pela Braskem é análoga a de Eletrobras em 2016. Em maio daquele ano, a Nyse suspendeu a negociação dos ADR da estatal de energia no aguardo dos formulários de 2014 e 2015. A Eletrobras regularizou os documentos só em outubro de 2016, mas estancou a deslistagem.

A questão do 20-F é considerada de menor complexidade na comparação com o caso de Alagoas. O desafio em Maceió é estimar um eventual custo de solução, visto que não há clareza sobre a responsabilidade da Braskem nem sobre a área afetada.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	14/05/2019
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaques

Petrobras venderá usinas

A Petrobras iniciou a etapa de divulgação de oportunidade ("teaser") referente à venda integral de sua participação de 93,7% na Breitener Energética. Conforme comunicado, o "teaser", que contém as principais informações sobre a oportunidade, bem como os critérios de elegibilidade para a seleção de potenciais participantes, está disponível no site da Petrobras. A Breitener Energética possui duas Unidades Termoelétricas (UTE), a UTE Breitener Tambaqui e UTE Breitener Jaraqui, localizadas em Manaus (AM), totalizando 315 MW de capacidade instalada.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 14/05/2019****Seção: Empresas****Autor: Camila Maia | De São Paulo****Título: Santander começa a operar com sua comercializadora**

A comercializadora do Santander fez suas primeiras operações de compra e venda de energia na semana passada, em mais um passo da inserção do banco no setor elétrico. "Faz parte da estratégia do banco oferecer um pacote completo, uma solução única para os clientes", disse Rafael Thomaz, executivo sênior do banco e responsável pela área de comercialização.

A ideia é fidelizar os clientes, que podem tomar crédito do Santander para investir em projetos de geração (centralizada, de grande porte, ou distribuída, em projetos menores), ou encontrar condições adequadas para migrar para o mercado livre - aquele no qual o consumidor escolhe de quem comprar a energia.

O banco é um privados mais ativos do país em financiamento de projetos de energia, como eólicas, parques solares, termelétricas e centrais hidrelétricas. "A decisão abrir uma comercializadora é benéfica para nossa área, ficamos mais completos. Já temos cobertura boa em fusões e aquisições, em equity, e faltava esse ângulo final que é a comercialização", disse Edson Ogawa, chefe da área de project finance do banco.

Com a comercializadora, poderá acessar consumidores finais de energia. Será possível, por exemplo, estruturar projetos de geração voltados para o mercado livre, com contratos de longo prazo de venda de energia. "Em projetos que sejamos assessores e o cliente busque vender parte da energia no mercado livre, teremos a comercializadora como uma alternativa", disse Ogawa.

O foco é em consumidores finais, mas também serão feitas operações de compra e venda de energia para dar liquidez à unidade, que fica embaixo da Tesouraria do banco, explicou Thomaz. "Não temos meta de giro financeiro, buscamos rentabilidade", disse. "Com a comercializadora, vamos fechar as pontas para os clientes, com todos os setores da economia dentro do banco, atacado e varejo", disse Karine Siqueira Bueno, superintendente executiva de desenvolvimento sustentável do Santander. Karine tem atuação próxima da dos executivos do setor elétrico. "Como o banco alavanca negócios, a agenda tem que parar de pé para todos. Nós conectamos as pontas e oferecemos a solução completa para o cliente", disse ela.

Segundo Ogawa, nos últimos anos, o mercado livre tem ganhado espaço, e em 2018 vários projetos de geração foram viabilizados para este ambiente de contratação, o que antes era impensável. "Tiramos o foco do mercado regulado [das distribuidoras], que estava bastante ruim com leilões pequenos", disse. O problema no mercado livre é que é necessário haver contraparte de menor risco.

A característica do banco deve ajudar a comercializadora a avançar como varejista, uma categoria criada para agrupar vários consumidores pequenos no mercado livre mas que acabou não ganhando espaço por causa dos riscos de crédito. Como energia é um insumo importante, as empresas temem que consumidores inadimplentes consigam decisões judiciais impedindo seu desligamento da rede, deixando o custo todo com a comercializadora varejista.

"Ter uma comercializadora varejista faz todo sentido para um banco de varejo, temos análise de crédito robusta e contamos com outros instrumentos de garantia", disse Thomaz. Segundo ele, a empresa já está "na fila" para obter autorização da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para atuar como varejista.

Anunciada em outubro, a comercializadora obteve autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para atuar em novembro, mas o aval da sede na Espanha só saiu em março, o que explica a demora no início das operações. "Depois disso, apenas afinamos os processos", disse Thomaz. Para ele, esse primeiro ano de atuação será importante para que o banco entenda melhor o negócio.

Para maio, a expectativa "conservadora" é de que a comercializadora gere um volume de negócios de R\$ 50 milhões a R\$ 60 milhões, mas há operações grandes na fila que podem sair e superar de longe esses valores. "Ainda é cedo para falar de volume no ano, estamos sendo muito cautelosos", afirma Thomaz. Como diz que a análise de crédito é "robusta e criteriosa", a ideia não é acelerar as operações, "mas criar um negócio sustentável de longo prazo e com uma base sólida."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/05/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

BR inicia venda da CDGN

A BR Distribuidora iniciou a fase vinculante para a venda do total de sua participação, 49%, na CDGN Logística. Conforme comunicado da empresa, nessa etapa os interessados habilitados na fase anterior receberão cartas-convite com instruções detalhadas sobre o processo de desinvestimento, incluindo as orientações para a realização de "due diligence" e para o envio das propostas vinculantes. A BR Distribuidora iniciou o processo de venda da CDGN no dia 7 de janeiro, quando informou o início da etapa de divulgação de oportunidade de desinvestimento ("teaser"). CDGN faz tratamento, compressão, liquefação, transporte, descompressão, regaseificação e comercialização de gás.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Rafael Rosas | Do Rio

Título: Vale investirá R\$ 11 bi na produção a seco

A Vale anunciou ontem mais um investimento que vem no grupo de respostas dadas pela empresa na esteira do rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), que deixou 240 mortos e 30 desaparecidos. Em comunicado ao mercado, a mineradora informou que vai investir R\$ 11 bilhões - equivalentes a US\$ 2,5 bilhões - em instalações de processamento da seco do minério de ferro em cinco anos.

A iniciativa é mais um passo para reduzir a necessidade da formação de barragens de rejeitos a úmido, necessárias quando há utilização de água no processamento do minério - no processamento a seco, não há produção de rejeito, o que elimina a necessidade de barragens. Nos últimos dez anos, a companhia investiu quase R\$ 66 bilhões (US\$ 17,5 bilhões) no processamento a seco.

Atualmente, cerca de 60% da produção da Vale já ocorre a seco. A meta da companhia é chegar a 70% do seu minério de ferro produzido desta maneira.

O investimento na produção a seco já era uma tendência buscada pela companhia mesmo antes do rompimento da barragem em Brumadinho. No Pará, onde fica Carajás, cerca de 80% das quase 200 milhões de toneladas produzidas no ano passado foram extraídas em processamento a seco e o objetivo da companhia é ter toda a Usina 1, a principal de Carajás, com processamento a seco até 2022.

Em Minas Gerais, o processamento a seco tem participação menor no total produzido, mas apresenta trajetória ascendente. Em 2016 o volume a seco foi 20% do total, patamar que atingiu 32% no ano passado e está presente em unidades como Brucutu, Alegria, Fábrica Nova, Fazendão, Abóbora, Mutuca, Pico e Fábrica.

No comunicado divulgado ontem, a empresa ressalta que o objetivo é que o processamento a seco seja utilizado em Minas Gerais também em projetos como Apolo e Capanema, atualmente em fase de licenciamento ambiental.

A Vale também se prepara para reduzir o teor de água no empilhamento de rejeitos. A companhia estuda investir cerca de R\$ 1,5 bilhão (US\$ 390 milhões) entre 2020 e 2023 em uma tecnologia de empilhamento de rejeito a seco nas suas operações em Minas Gerais.

Para tanto, a empresa espera aperfeiçoar uma técnica que permite filtrar e reutilizar a água do rejeito, possibilitando o empilhamento. A expectativa é atingir 70% do rejeito disposto "nos próximos anos". O grande senão desta tecnologia específica é a escala. "Hoje não existe operação de empilhamento a seco na escala de produção da Vale e em região com índices pluviométricos como os do Quadrilátero Ferrífero em Minas Gerais", pondera a companhia.

Outro movimento da Vale foi a compra da New Steel, do grupo Lorentzen, em dezembro, por US\$ 500 milhões. A venda da empresa, especializada em tecnologias de beneficiamento de minério de ferro, foi aprovada em janeiro pela Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A tecnologia estudada neste caso é a concentração magnética a seco, que dispensa o uso de água no processo de concentração do minério de baixo teor, o que permite que o rejeito seja disposto em pilhas como estéril, semelhante ao empilhamento a seco. Essa tecnologia, no entanto, ainda não está pronta para ser aplicada em larga escala.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Cotação do minério cai 1,2% na China

O minério de ferro devolveu ontem parte dos ganhos acumulados na semana passada, diante do enfraquecimento no mercado de aço e da valorização do dólar frente ao yuan.

Segundo a publicação especializada "Fastmarkets MB", a tonelada do minério com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao recuou 1,2%, para US\$ 96,10 por tonelada. Com esse desempenho, a alta acumulada em maio recuou para 2,05%. No ano, os ganhos ainda são significativos e superam 32%.

De acordo com a Fastmarkets MB, os contratos futuros de bobinas laminadas a quente e de vergalhão recuaram na China, enquanto os preços no mercado à vista caíram entre 10 e 20 yuans (US\$ 1,50 a US\$ 2,90) por tonelada.

O aumento da tensão entre China e Estados Unidos, que ainda não chegaram a um acordo comercial, tem adicionado incertezas às negociações com minério de ferro. Na Bolsa de Dalian, os contratos mais negociados com entrega em setembro caíram 2 yuans, para 653,50 yuans por tonelada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/05/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curta

Prejuízo da Cesp

Em seu primeiro trimestre completo após a privatização, ocorrida em outubro, a Companhia Paulista Energética de São Paulo (Cesp) registrou prejuízo de R\$ 158,2 milhões no primeiro trimestre de 2019, contra perdas de R\$ 3,7 milhões no mesmo período de 2018. Os novos controladores da Cesp são Votorantim Energia e o fundo canadense CPPIB. A receita líquida, em base anual, caiu 9,8%, para R\$ 355,6 milhões. O resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) foi R\$ 74,05 milhões negativo, contra montante positivo de R\$ 111,5 milhões no ano passado. Entre os pontos que pesaram no resultado da Cesp está o aumento de 188% do custo dos bens e produtos vendidos, para R\$ 348,8 milhões, e avanço de 258% das despesas gerais e administrativas, para R\$ 143,9 milhões. O aumento das despesas gerais e administrativas foi provocado pelo Programa de Demissão Voluntária (PDV), de R\$ 102,5 milhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 14/05/2019**Seção:** Colunas**Autor:** Alberto Bombig**Título:** » Com...

Coluna do Estadão

O Estado do Rio de Janeiro entrou na Justiça para obrigar a Petrobrás a detalhar o cálculo do repasse dos **Royalties**, dos gastos efetuados e dos bens adquiridos pela empresa. Quer saber se a estatal está em dia com o ICMS.

» ...lupa. O procurador-geral pede ainda que os documentos sejam entregues em 30 dias, sob pena de multa de R\$ 100 mil diários.

.

COM JULIANA BRAGA E MARIANNA HOLANDA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 14/05/2019**Seção:** Economia**Autor:****Título:** Vale vai investir R\$ 11 bi em operação a seco

Após duas grandes tragédias motivadas por rompimentos de barragens em suas operações, a Vale anunciou investimentos de R\$ 11 bilhões nos próximos cinco anos em processamento a seco do minério de ferro. O objetivo é fazer com que o método passe dos 60% atuais para 70% das suas operações, até 2023.

Segundo comunicado da empresa, nos últimos dez anos foram investidos R\$ 66 bilhões para implantar esse processo. O processamento a seco está vinculado à qualidade do minério de ferro a ser produzido. Por isso, a maior parte das operações que usam o processo está no Pará. "Em Carajás, como o teor de ferro é elevado (acima de 64% de ferro), o material só é britado e peneirado (...). Já em Minas Gerais, o teor médio é de 40% de ferro, contido em rochas conhecidas como itabiritos", disse a "nota.

No Pará, cerca de 80% dos quase 200 milhões de toneladas produzidas em 2018 foram processadas a seco. Em Minas, o método foi ampliado de 20%, em 2016, para 32%, em 2018.

Em 2016, o rompimento de uma barragem da Samarco, então joint venture da Vale com BHP, causou o maior acidente ambiental do País e matou 19 pessoas. Em janeiro, o rompimento da barragem da mina da Vale de Córrego do Feijão, em Brumadinho, também Minas Gerais, deixou um saldo até o momento de 238 mortos, e mais 32 corpos ainda não foram localizados./ AGÊNCIA ESTADO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/05/2019

Seção: Colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Declodt e Fernanda Guimarães

Título: Luiz de Mendonça vai tocar a Âmbar energia, da J&F

Coluna do Broadcast

O ex-CEO da Atvos, Luiz de Mendonça, vai assumir essa semana o comando da Âmbar, empresa de geração de energia da J&F. Após 17 anos no Grupo Odebrecht, o executivo passou a integrar a holding dos irmãos Batista no mês passado. Nos bastidores, já havia a expectativa de que Mendonça presidisse a Âmbar por conta do seu currículo. Ele tocou a Atvos (ex-Odebrecht Agroindustrial) por mais de sete anos. A Âmbar vendeu em dezembro do ano passado linhas de transmissão para a Taesa, por R\$ 942 milhões. O Grupo possui negócios de geração de energia, que compõem o Projeto Integrado de energia Cuiabá, no qual o maior desafio nesse momento é assegurar sua produção de energia, após seu contrato de fornecimento de gás com a Petrobrás ter sido rompido.

COM CIRCE BONATELLI

VEÍCULO: O Globo

Data: 14/05/2019

Seção: O Mundo

Autor: DUBAI, RIAD, TEERÃ E WASHINGTON

Título: Alta tensão no Golfo Pérsico

Ataque a 4 petroleiros põe países em alerta e aumenta risco de confronto

Os Emirados Árabes Unidos denunciaram que quatro navios petroleiros foram atacados em seu litoral no domingo, num incidente que ontem elevou as já acirradas tensões na região do Golfo Pérsico. Duas embarcações são de propriedade saudita, uma companhia da Noruega é dona da terceira embarcação e a quarta é dos Emirados. O caso ocorre num momento em que os EUA, aliados a Riad e Abu Dhabi, aumentam a presença militar na região em meio à deterioração das relações com o Irã.

Embora sem dar detalhes, a Arábia Saudita informou que seus navios sofreram "danos significativos", no que considerou uma tentativa de ameaçar a segurança dos países que fornecem suprimentos de petróleo bruto. O ataque aconteceu perto de al-Fujairah, um dos maiores centros de abastecimento de **combustível** do mundo, nos arredores do Estreito de Ormuz — por onde passa um quinto do fornecimento global de petróleo.

O ministro da Energia da Arábia Saudita, Khalid al-Fa-lih, disse em comunicado que uma das duas embarcações sauditas atacadas estava a caminho para ser abastecida com petróleo no porto de Ras Tanura. O **combustível** seria entregue a clientes da companhia estatal saudita Aramco nos Estados Unidos. Não houve registro de feridos nem de vazamento de petróleo — tampouco apontaram-se suspeitos da ação.

A Thome Ship Management informou que o petroleiro Andrea Victory, registrado na Noruega, foi "atingido por um objeto desconhecido" que abriu um buraco no casco. Uma investigação foi aberta em coordenação com autoridades internacionais.

IRÃ NEGA ENVOLVIMENTO

Teerã negou envolvimento no caso, que chamou de "preocupante e terrível", e exigiu uma investigação. Um parlamentar iraniano disse que "sabotadores de um terceiro país" podem estar por trás do ataque e que o incidente mostra que a segurança dos países do Golfo é frágil.

Na quinta-feira passada, os EUA afirmaram que os seus navios comerciais, incluindo petroleiros, navegando em águas do Oriente Médio poderiam ser alvo do Irã. Nos últimos oito dias, Washington enviou um agrupamento naval comandado por um porta-aviões e bombardeiros B-52 à região e, depois, um reforço do sistema de mísseis Patriot.

O presidente dos EUA, Donald Trump, ameaçou o Irã ontem caso o país aja contra os interesses americanos.

— Se fizerem qualquer coisa, vão sofrer muito — disse Trump na Casa Branca.

Destacando preocupações internacionais, Reino Unido e Alemanha advertiram os EUA contra o aumento das tensões. O chanceler britânico, Jeremy Hunt, alertou para o risco de "um conflito acontecer por acidente", com uma "escalada não intencional" entre Washington e Teerã.

— Estamos muito preocupados com um conflito, com o risco de um conflito — disse.

Por sua vez, o ministro das Relações Exteriores da Alemanha, Heiko Maas, reiterou ao secretário de Estado americano, Mike Pompeo, em Bruxelas, o apoio europeu ao acordo nuclear com Teerã. Pompeo foi à capital belga expor aos outros membros da Otan o que chamou de "recentes ameaças do Irã".

Para analistas internacionais, a deterioração das relações entre o Irã e os EUA e seus aliados no Golfo pode acabar levando a um conflito, intencional ou não.

"A espiral de ação-reação que o governo (Trump) pôs em marcha com sua campanha de máxima pressão produziu uma situação sinistra — em que o risco de confronto militar cresce a cada dia", disse o pesquisador Colin Kahl, do Instituto de Estudos Internacionais Freeman Spogli, em artigo na revista Foreign Policy.

Os EUA abandonaram no ano passado o acordo nuclear de 2015, firmado entre Irã e grandes potências globais — EUA, Rússia, China, França, Reino Unido e Alemanha — com a meta de o governo iraniano desistir de produzir armas nucleares, em troca da suspensão de sanções internacionais impostas a Teerã. Desde então, Washington aumenta as sanções contra o Irã, dizendo que quer reduzir as exportações de petróleo do país a zero, enquanto pressiona pela renegociação do pacto nuclear.

BAQUE NA ECONOMIA

Na quarta-feira passada, Teerã anunciou que iria reduzir seus compromissos assumidos no acordo em resposta à falta de uma ação contundente dos outros signatários diante das sanções americanas. As exportações de petróleo do país caíram de 2,8 milhões de barris/dia em 2018 para menos de um milhão agora — com previsão de baixar ainda mais, para 500 mil/dia neste mês. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia iraniana encolheu 3,9% no ano passado, e para 2019, as previsões são de retração de ao menos 6%, com uma inflação de 40%.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 14/05/2019

Seção: Economia

Autor: Thais Moura

Título: Gasolina sobe com ICMS maior

O preço da gasolina no DF pode subir a partir de quinta-feira, por conta de decisão tomada ontem pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), pela qual a base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) aumentará R\$ 0,20, passando de R\$ 4,40 para R\$ 4,60.

Alguns postos do DF já se preparam para a mudança. Levantamento feito pelo Correio em 27 revendedores mostra que 14 já vendem o combustível acima de R\$ 4,45, enquanto 12 cobram mais de R\$ 4,50. Na Asa Norte, o litro chega a R\$ 4,87 (103 norte), e, na EPTG, o valor saiu de R\$ 4,37 para R\$ 4,45, em comparação a 10 dias atrás. No Plano Piloto, o menor valor encontrado foi de R\$ 4,39, na 115 sul.

A Secretaria de Fazenda informou que o aumento da base do ICMS “apenas reflete os preços já praticados em 2 e 3 de maio”. “É apenas o resultado de uma pesquisa sobre um fato que já havia ocorrido. Com isso, esse aumento será registrado para ser a nova base de cálculo para que as refinarias cobrem o ICMS Substituição Tributária das distribuidoras”, afirmou, em nota. Além do DF, a medida do Confaz abrange 16 estados. O presidente do Sindicombustíveis, Paulo Tavares, avalia que o aumento no cálculo do ICMS provocará alta de R\$ 0,07 na gasolina vendida nos postos do DF.. “Com o valor de R\$ 4,60 para o cálculo do ICMS, teremos que trabalhar calculando impostos em cima desse número. O GDF vai arrecadar mais, mas afetará o consumidor”, explicou.

*Estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo

Variação dos preços no DF (em reais)

Postos 3/5/2019 13/5/2019

Petrobras - Posto da Torre	4,659	4,659
Petrobras - Eixo W 106 Sul	4,489	4,489
Petrobras - Eixo W 109 Sul	4,489	4,477
Shell - Eixo W 115 Sul	4,499	4,399
Petrobras - Eixo L 214 Sul	4,530	4,450
Petrobras - Eixo L 212 Sul	4,499	4,459
JarJour - Eixo L 210 Sul	4,499	4,459
Petrobras - Eixo L 207 Sul	4,490	4,459
PB - Eixo L 206 Sul	4,539	4,429
Melhor - Eixo L 204 Sul	4,599	4,499
Petrobras - Eixo L 202 Sul	4,499	4,569
Ipiranga - Eixo L 204 Norte	4,699	4,599
JarJour - Eixo L 206 Norte	4,539	4,469
Petrobras - Eixo L 208 Norte	4,549	4,479
Ipiranga - Eixo L 210 Norte	4,659	4,539
Shell - Eixo L 212 Norte	4,549	4,469
Petrobras - Eixo L 214 Norte	4,599	4,699
Ipiranga - Eixo W 115 Norte	4,659	4,539
Petrobras - Eixo W 113 Norte	4,559	4,469

Ipiranga - Eixo W 112 Norte 4,549 4,469
Petrobras - Eixo W 107 Norte 4,549 4,469
Petrobras - Eixo W 103 Norte 4,670 4,870
Petrobras - SIG Quadra 3 4,589 4,589
Shell - SIG Quadra 3 4,589 4,589
Garantia - EPTG 4,459 4,459
Vtex - EPTG 4,377 4,457
Ipiranga - EPTG 4,459 4,459

MME / ASCOM .